

R E S E N H A

PROFESSORA, SIM; TIA, NÃO: CARTAS A QUEM OUSA ENSINAR *

*TEACHER, YES; AUNT, NO:
LETTERS TO WHOEVER DARES TEACH*
*INSTITUTTRICE, OUI; TANTE, NON:
LETTRES À QUICONQUE OSE ENSEIGNER*
*PROFESORA, SI; TIA, NO:
CARTAS A QUIÉN SE ATREVE A ENSEÑAR*

Paulo Freire (1. ed.: maio 1993).

16. ed. São Paulo: Olho d'Água, fev. 2006. 127 p.
ISBN: 85-85428-07-04.

Paulo Freire, desde o início de sua vida como educador, optou claramente por estar do lado dos oprimidos, pois conhecia de perto as injustiças sociais que se abatiam sobre a classe mais pobre. Foi pioneiro no Brasil, a partir de meados dos anos 60, na utilização de métodos revolucionários voltados para a alfabetização de adultos que, além de alfabetizá-los, também os politizavam. Paulo Freire foi exilado no Chile, onde continuou sua prática libertária de educação. Em 1980, retornou ao Brasil e deu continuidade às suas idéias de educação libertária e conscientizadora. Em maio de 1997, morreu vítima de um ataque cardíaco.

* Responsáveis pela resenha:

María Izete de Oliveira, Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP, 2002). Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat – MT. Desenvolve projeto de pesquisa em Educação Infantil com financiamento do CNPq (afoize@gmail.com).

Cândida Maria Ferreira da Silva, Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense. Teóloga pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Especialista em Políticas Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Infância e Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo.

O autor inicia sua reflexão contando-nos sobre a dialética do pensar e explica como a retomada das reflexões sobre suas obras anteriores contribuiu para a escrita desta obra; como os atos de pensar e escrever não podem ser mecanizados nem dicotomizados, mas que existe uma *solidariedade dialética* entre um ato e outro, os quais formam o conjunto de saber o objeto pensado, construindo assim o conhecimento de dado assunto.

Posteriormente, o autor toma seu tema predileto, a alfabetização de adultos, pela qual lutou toda a sua vida, mostrando-nos como o analfabetismo é uma castração do ser humano como ser pensante; não é apenas um problema social, mas, na verdade, é uma violência contra o indivíduo. Freire enfatiza, com muita propriedade, que o analfabetismo castra o corpo consciente e falante de mulheres e homens, proibindo-os de ler e de escrever, limitando sua capacidade de fazer uma leitura do mundo e repensar sua própria leitura numa atividade reflexiva que o torne consciente de si mesmo e de sua participação no mundo.

As culturas letradas proíbem o analfabeto de participar da vida social e da assunção da sua plena cidadania e do crescimento e amadurecimento na construção do saber, pois a *solidariedade dialética* do ato de ler, de escrever e de re-ler, se bem assumida, nos leva a uma crescente capacidade criadora, e, quanto mais amadurecemos nesse movimento, mais pensadores críticos nos tornamos “do processo de conhecer, de ensinar, de aprender, de ler, de escrever, de estudar” (p. 8).

Freire continua sua reflexão sobre o ato de pensar e de escrever, enfatizando que o estudar é um profundo movimento solidário da dialética e nos introduz em um novo assunto, qual seja a polêmica temática *Professora, sim; tia, não*. Logo, esclarece sua intenção ao definir o que quer transmitir com suas reflexões: que aquele que ensina é também um aprendiz e que essa atividade é prazerosa, mas igualmente exigente de seriedade, de preparo científico, de preparo físico, emocional e afetivo. A atividade de ensinar também exige ousadia, pois requer envolvimento emocional; aprendemos com todo o corpo, com a emoção e com a razão e nunca podemos dicotomizar esses sentimentos. Pensar o aprendizado como uma ação que envolve emoções é uma ousadia, principalmente quando essas emoções ou esse amor levam à resistência contra a realidade social e política na qual vivem os “ensinantes-aprendizes”.

O autor, então, descortina a questão que, aos olhos do senso comum, parece amorosa, qual seja tratar a professora de tia, mas, na verdade, esse tratamento esconde a ideologia da passividade do “ensinante-aprendiz”, pois resistir a uma política e uma realidade social angustiante e de sucateamento do ensino não é para seres passíveis, amorosos e parentais como a maioria das tias.

O autor defende com veemência que ensinar é uma tarefa que envolve militância e especificidade no seu cumprimento e que ser tia é viver uma relação de parentesco, e, por isso, nunca poderia ser uma profissão. Ensinar implica educar e vice-versa, e, para tanto, é necessária a “paixão do conhecer”, que nos envolve, como diz Freire, numa busca prazerosa, mas nada fácil.

Entretanto, não é intenção do autor, com essas afirmações, desvalorizar a tia, mas valorizar a professora, não lhe retirando aquilo que lhe é fundamental: sua responsabilidade

profissional, que faz parte da exigência política de sua formação, esta em estado permanente. Concordamos com o autor quando faz essa reflexão, pois o termo “tias” carrega uma ideologia de “boas moças”, que não brigam, não resistem, não se rebelam, não fazem greve.

O autor chama a atenção para o fato de que as “ensinantes” são também “aprendizes”, porque, enquanto se ensina, se aprende, e que estas devem se definir sempre como professoras, desafiando-as a deixar o cômodo papel de tia e refletir sobre até que ponto querem deixar a comodidade que essa expressão carrega e assumirem-se como verdadeiras profissionais da educação.

Ressaltamos que, assim como Freire, também não concordamos com o uso da expressão tia para designar uma professora, em função da questão político-ideológica que se esconde por trás do termo, mas reconhecemos que existem muitas professoras que são denominadas como tias e desenvolvem excelentes trabalhos, assim como existem aquelas que são consideradas professoras e, no entanto, não fazem jus ao título.

Neste sentido, enfatizamos que, seja qual for o sistema educacional vigente, reacionário ou democrático, sejamos sempre professoras, assumindo nosso papel profissional e nos posicionando política e eticamente na nossa função de ensinar, não nos esquecendo de ensinar, também, sobre cidadania a nossos alunos e a suas famílias.

O autor finaliza sua reflexão acerca da avaliação da prática da professora, que deve ser avaliada não para ser punida e, sim, para melhor se formar, ou seja, aprimorar a sua prática pedagógica. Entendemos que todo profissional deve ter sua prática avaliada constantemente. Prática não avaliada é fazer por fazer, fazer por costume, por cotidiano, sem consciência, e por isso mesmo atuação sem crítica e sem a prática do repensar.

O pensar crítico, o analisar, o repensar nos remetem ao início do texto, quando o autor defende a *solidariedade dialética* do ato de pensar, de escrever, de ler e de repensar. Na avaliação da nossa atuação profissional é necessária uma *solidariedade dialética* entre o exercício da teoria e da prática, uma releitura de nós mesmos e um repensar do nosso fazer cotidiano como “ensinantes-aprendizes”.

A tarefa de ensinar-aprender requer militância, consciência e paixão pelo saber, profissionalismo e determinação do educador em não se deixar envolver nas sombras ideológicas que buscam minorar o seu papel diante de seus alunos e da educação de modo geral.

O autor aborda, ainda, um outro assunto interessante, quando assinala que as crianças não estão evadindo da escola, mas que, na verdade, as crianças são proibidas de estudar pela configuração social que temos e que alija os pobres do processo de conhecimento e crescimento. As crianças pertencentes às classes menos favorecidas não evadem da escola, e sim são proibidas de estudar por causa da fome, da miséria em que vivem, da falta de escolas e de educadores de qualidade, da distância em que se encontram da escola, da necessidade de trabalhar, da falta de moradia, da estrutura social que favorece poucos e exclui muitos, não apenas no Brasil, mas no mundo.

O texto abordado é uma obra-prima e leva à reflexão profunda sobre vários temas: analfabetismo, política educacional, estrutura social, papel profissional, condição da criança e do jovem em países pobres. Paulo Freire é genuíno em sua escrita, porque

dedicou toda sua vida não apenas a pensar, mas a praticar uma pedagogia libertária e justa socialmente e que trouxe para o palco da vida e da sociedade todos aqueles que são jogados na coxia.

O que nos leva a resgatar essa discussão, que foi levantada por Paulo Freire há algum tempo (1993), é o fato de estarmos vivenciando um momento histórico em que a qualidade da educação se mostra cada vez mais comprometida. Por isso, a necessidade de contribuir com a reflexão sobre a prática pedagógica dos educadores.